



Unifesspa
Pedagogo – Área Geral

LÍNGUA PORTUGUESA

Conteúdo do texto: compreensão e interpretação	1
Recursos que estabelecem a coesão no texto (referência, recorrência, conexão)	3
Relações semântico-discursivas entre ideias no texto e os recursos linguísticos usados em função dessas relações (causa, condição, concessão, conclusão, explicação, inclusão, exclusão, oposição etc.).....	8
Adequação linguística: emprego adequado de itens lexicais e expressões no contexto em que ocorrem	10
Morfossintaxe: concordância nominal e verbal	12
Regência nominal e verbal	14
Colocação pronominal.....	16
Ordem das palavras nos constituintes e mudanças de sentido ocasionadas pela alteração dessa ordem; ordem das orações no enunciado e efeitos de sentido ocasionados pela inversão	19
Semântica: sinonímia, homonímia, antonímia, ambiguidade, hiponímia, hiperonímia. Linguagem denotativa (emprego literal) e conotativa	20
Emprego de figuras de sintaxe, de pensamento e de linguagem	27
Regras de escrita: ortografia	32
Acentuação gráfica (acento grave, agudo, circunflexo)	41
Pontuação	44
Redação oficial: estrutura e organização de requerimentos, ofícios, memorandos, relatórios, atas de reunião e declarações.....	48
Questões	63
Gabarito.....	78

LEGISLAÇÃO

Lei 8.112/1990 E suas alterações (regime jurídico único dos servidores públicos civil da união, das autarquias e das fundações públicas federais): título ii - do provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição; título iii - dos direitos e vantagens; título iv - do regime disciplinar; título v - do processo administrativo disciplinar	1
Lei nº 11.091/2005 - Plano de carreira dos cargos técnico administrativos em educação - pcetae e suas alterações	34
Decreto nº 2848/1940 (código penal) título xi - dos crimes contra a administração pública, capítulo i - dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral.....	43
Lei nº 8.429/1992: Lei da improbidade administrativa, alterada pela lei nº 14.230/2021 E suas alterações	46

SUMÁRIO



Lei nº 9.784/1999: Regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal	61
Decreto nº 9.739/2019: Estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece normas sobre concursos públicos e dispõe sobre o sistema de organização e inovação institucional do governo federal	72
Decreto nº 1.171/1994 (Código de ética profissional do servidor público civil federal), atualizado pelo decreto nº 6.029/2007, Que institui o sistema de gestão da ética do poder executivo federal	84
Decreto nº 9.991/2019 Atualizado pelo decreto nº 10.506/2020, Que dispõe sobre a política nacional de desenvolvimento de pessoas da administração direta, autárquica e fundacional, regulamentando os dispositivos da lei nº 8.112/1990 (Licenças e afastamentos).....	88
Decreto nº 9.094/2017, E suas alterações, que dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, institui o cadastro de pessoas físicas (cpf) como instrumento suficiente e substitutivo para a apresentação de dados do cidadão no exercício de obrigações e direitos e na obtenção de benefícios, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no país e institui a carta de serviços ao usuário.....	96
Lei nº 13.709/2018, Alterada pela lei nº 13.853/2019, Que dispõe sobre a lei geral de proteção de dados pessoais (lgpd)	103
Lei nº 14.133/2021, E suas alterações até a data de publicação do edital: dos princípios; das definições; das modalidades, limites e dispensa; dos contratos: características do contrato administrativo, formalização e fiscalização do contrato, aspectos orçamentários e financeiros da execução do contrato	126
Lei nº 12.990/2014 E instrução normativa mgi nº 23/2023, que disciplina a aplicação da reserva de vagas para pessoas negras nos concursos públicos, na forma da lei nº 12.990, De 9 de junho de 2014, e reserva vagas para pessoas negras nos processos seletivos para a contratação por tempo determinado de que trata a lei nº 8.745, De 9 de dezembro de 1993, no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional	248
Lei nº 13.146/2015, E suas alterações até a data da publicação do edital (estatuto da pessoa com deficiência).....	255
Portaria gab/unifesspa nº 835/2022 que institui medidas de combate à lgbtfobia na unifesspa	286
Questões	287
Gabarito.....	294

INFORMÁTICA BÁSICA

Conhecimentos básicos de sistemas operacionais (ms-windows).....	1
Operações básicas (conceitos básicos, menus, barras de ferramentas, comandos, formatação) com editores de texto (ms-word e/ou google-docs)	22
Operações básicas (conceitos básicos, menus, barras de ferramentas, comandos, funções) com planilhas eletrônicas (ms-excel ou google-planilhas)	38
Operações básicas (conceitos básicos, menus, barras de ferramentas, comandos, funções) com ferramentas de apresentações (ms-power point, google -apresentações e/ou canva).....	57
Operações básicas de navegação na internet (google-chrome e/ou mozilla-firefox)	68



Operações básicas de correio eletrônico (google-gmail ou microsoft-hotmail).....	74
Noções de segurança: conceitos de vírus (spyware, spam, worms etc.), Acesso a sites seguros, golpes e ataques na internet, cuidados e prevenções	79
Conhecimentos básicos de sipac (tutoriais sipac/módulo protocolo (unifesspa.Edu.Br)	85
Conhecimentos básicos de google workspace (gmail, meet, chat, agenda, drive, documentos, planilhas, apresentações, slides, formulários, grupos, looker studio)	86
Questões	99
Gabarito.....	108

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Lei de diretrizes e bases da educação ldb (lei nº 9.394/1996) E suas alterações	1
Políticas públicas para a educação superior	33
Lei de cotas no ensino superior.....	36
Organização e planejamento pedagógico. Projeto pedagógico institucional	38
Projeto pedagógico de curso.....	42
O trabalho pedagógico e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão	47
Didática e tecnologias da comunicação e informação	51
Educação a distância	55
Acompanhamento do processo pedagógico: avaliação da aprendizagem. Critérios de avaliação. Instrumentos de avaliação	58
Processos de ensino aprendizagem (piaget, vygostyky, wallon, ausubel).....	60
Educação inclusiva.....	66
Acessibilidade para pessoas com deficiência (lei nº 10.048/2000, Lei nº 10.098/2000 E suas alterações, decreto-lei nº 5.296/2004 E suas alterações)	74
Política nacional para integração da pessoa portadora de deficiência (decreto nº 3.298/1999 E a lei nº 7.853/ 1989) E suas alterações	98
Direitos humanos e educação	113
Direitos humanos e diversidade	116
Desenvolvimento profissional docente e formação continuada. Formação do professor pesquisador	119
Diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação. Resolução cne/cpnº1/2019 - altera o art. 22 Da resolução cne/cp nº 2/2015, que define as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura)	123
Apoio pedagógico na universidade	123
Resolução cne/cp nº 1/2006, que institui diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em pedagogia, licenciatura	127
Plano nacional de assistência estudantil (pnaes)	132
Questões	135
Gabarito.....	142

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.





TÍTULO II

DO PROVIMENTO, VACÂNCIA, REMOÇÃO, REDISTRIBUIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO

CAPÍTULO I

DO PROVIMENTO

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º São requisitos básicos para investidura em cargo público:

- I - a nacionalidade brasileira;
- II - o gozo dos direitos políticos;
- III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- V - a idade mínima de dezoito anos;
- VI - aptidão física e mental.

§ 1º As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.

§ 2º Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso.

§ 3º As universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros, de acordo com as normas e os procedimentos desta Lei. (Incluído pela Lei nº 9.515, de 20.11.97)

Art. 6º O provimento dos cargos públicos far-se-á mediante ato da autoridade competente de cada Poder.

Art. 7º A investidura em cargo público ocorrerá com a posse.

Art. 8º São formas de provimento de cargo público:

- I - nomeação;
- II - promoção;
- III - (Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)
- IV - (Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)
- V - readaptação;
- VI - reversão;
- VII - aproveitamento;
- VIII - reintegração;
- IX - recondução.



Informática Básica

O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, parte da família de sistemas operacionais Windows NT. Lançado em julho de 2015, ele sucedeu o Windows 8.1 e trouxe uma série de melhorias e novidades, como o retorno do Menu Iniciar, a assistente virtual Cortana, o navegador Microsoft Edge e a funcionalidade de múltiplas áreas de trabalho. Projetado para ser rápido e seguro, o Windows 10 é compatível com uma ampla gama de dispositivos, desde PCs e tablets até o Xbox e dispositivos IoT.

Principais Características e Novidades

– **Menu Iniciar:** O Menu Iniciar, ausente no Windows 8, retorna com melhorias no Windows 10. Ele combina os blocos dinâmicos (tiles) do Windows 8 com o design tradicional do Windows 7, permitindo fácil acesso a programas, configurações e documentos recentes.

– **Assistente Virtual Cortana:** A Cortana é uma assistente digital que permite realizar tarefas por comandos de voz, como enviar e-mails, configurar alarmes e pesquisar na web. Este recurso é similar ao Siri da Apple e ao Google Assistant.

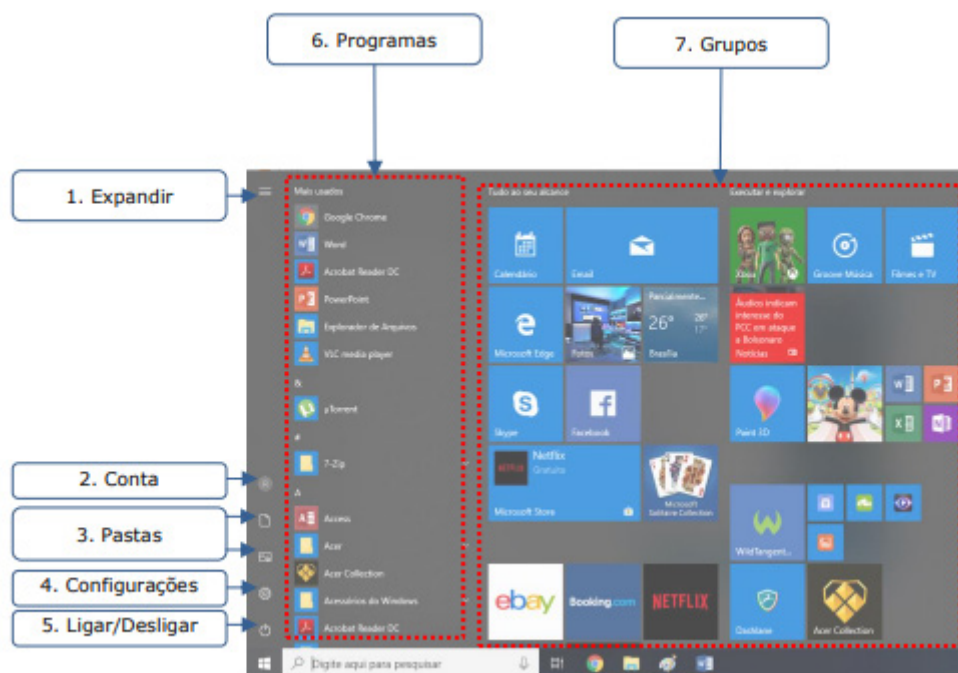
– **Microsoft Edge:** O navegador Edge substituiu o Internet Explorer no Windows 10. Ele é mais rápido e seguro, oferecendo recursos como anotações em páginas web e integração com a Cortana para pesquisas rápidas.

– **Múltiplas Áreas de Trabalho:** Esse recurso permite criar várias áreas de trabalho para organizar melhor as tarefas e aplicativos abertos, sendo útil para multitarefas ou organização de projetos.

Operações de iniciar, reiniciar, desligar, login, logoff, bloquear e desbloquear

Botão Iniciar

O Botão Iniciar dá acesso aos programas instalados no computador, abrindo o Menu Iniciar que funciona como um centro de comando do PC.



Menu Iniciar



Conhecimentos Específicos

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DA EDUCAÇÃO

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

TÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal; (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)

IX - garantia de padrão de qualidade; (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)

XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

XV – garantia do direito de acesso a informações públicas sobre a gestão da educação. [\(Incluído pela LEI Nº 15.001, DE 16 DE OUTUBRO DE 2024\)](#)